

O ENTRUDO E O CARNAVAL BRASILEIRO

Claudia Lima¹

As duas últimas décadas do século XIX e, as três primeiras décadas do século XX, 50 anos portanto, pode se considerar o período de estruturação do carnaval brasileiro. O entrudo, que vem do latim *introitus* e quer dizer “introdução”, em sua reminiscência, traz as antigas práticas pagãs romanas. Alvo de proibições desde os tempos coloniais, devido ao seu espírito perturbador da ordem, cede, progressivamente, o lugar ao carnaval.

O jogo carnavalesco do entrudo foi proibido várias vezes por alguns governantes do Brasil Colonial: em 31 de janeiro e 13 de fevereiro de 1608; em 24 de fevereiro e 22 de outubro de 1686; em 20 de setembro de 1691; em 6 e 20 de fevereiro de 1734; e em 25 de fevereiro de 1808, entre outras datas. Entretanto, tais medidas eram inoperantes, pois o entrudo continuava soberano como divertimento.

No decorrer da década de 30, do século XIX, com o advento da Independência, uma campanha acirrada foi deflagrada contra o entrudo, vislumbrando o aceleramento das mudanças no modo de vida da sociedade brasileira, por meio da construção de um Estado Nacional. A campanha para banir definitivamente o entrudo, foi então, fortalecida pela adesão dos jornais.

As alterações no modo de vida das camadas sociais mais elevadas eram visíveis no mundo social em que se constituíram os teatros e, foi em torno deles que se processou a substituição do entrudo pelo novo formato das festividades carnavalescas. Na época, a ópera era a maior expressão de arte européia e impôs-se no Brasil como misto de entretenimento e música. Reflexo da sociedade burguesa, o teatro passou a ser a expressão do moderno, culto e civilizado. A escolha inicial do protótipo do carnaval, que deveria substituir o entrudo, não poderia gravitar em outra órbita de influência senão naquela representada pelos teatros, óperas

¹ Claudia Maria de Assis Rocha Lima: Graduação em Comunicação Social; Especialização em História da África e do Brasil; Mestra em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação Joaquim Nabuco e Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; folclorista; africanista; etnógrafa; pesquisadora e escritora. Site: www.claudialima.com.br / E-mail: claudiarochalima@yahoo.com.br

e salões. Dentre vários carnavais que tinham curso na Europa, privilegiou-se, numa primeira fase, aquele que se passava entre o brilho dos teatros e salões: o carnaval de Veneza e de Paris.

Carnaval para a elite passou a ser sinônimo de luxo, danças, cantos, banquetes, músicas e, especialmente, máscaras. Os bailes de máscaras constituíram-se, a partir de então, no grande ideal de carnaval, no Brasil, em meados do século XIX.

Foi na cidade do Rio de Janeiro, então sede do Governo Imperial, que se realizou o primeiro baile de máscaras público do Brasil, por ocasião do carnaval, por volta de 1840. Na cidade do Recife, o primeiro baile de máscaras público teve lugar na Passagem da Madalena, a estrada mais nobre da capital, naqueles tempos, pontilhada por suntuosos e imponentes casarões. O segundo baile de máscaras de que se tem notícia, no Recife, ocorreu em 23 de fevereiro de 1846, na casa grande do sítio do Sr. Brito, no Cajueiro, denominado *Carnaval Campestre*.

No ano de 1847, anunciaram-se dois bailes de máscaras para os dias de folia, ambos a serem realizados em teatros públicos, no Recife. O Teatro Público promoveria *O Carnaval de Veneza* ou *Folha Real*, oferecendo três noites de diversões em seu programa. Estavam previstas apresentações de três dramas jocosos a serem exibidos antes do baile. Danças de máscaras animariam o baile: o quinteto chinês, a polca, a mazurca, a escocesa, o montenelo, a gavota, o lundu figurado, a caxuxa e outras danças de mascarados.

No Teatro Apólo, a exigência se fazia aos mascarados, sendo a fantasia necessária para aqueles que pretendessem dançar. As máscaras seriam retiradas na entrada, à vista do diretor, num quarto exclusivamente destinado a isso. Esse cuidado revelava o quanto se temia o disfarce e o anonimato, por ele garantido, em caso de brigas e conflitos em domínios públicos. Esse baile não chegou a ser realizado.

A mascarada carnavalesca, que predominava nos teatros e salões freqüentados pela elite, foi, aos poucos, tomando fôlego, ganhando forças, até projetar-se e espalhar-se pelas ruas. Isso por volta de 1850 a 1852. Os mascarados desfilavam pelas ruas da cidade a pé ou de carro puxado a cavalos, estendendo-se o passeio até os arrabaldes. Desfilavam, às vistas da população, grupos numerosos de estranhos personagens, em que as fantasias apresentavam as figuras mais cômicas e ridículas ou as mais elegantes.

A mascarada, pouco a pouco, mudou as feições do carnaval, a elite passeando pelas vias públicas da cidade, com fantasias, disfarces e trajes a caráter. A elite só ousou ir às ruas, em número expressivo, trajando máscaras, quando algumas garantias de ordem pública e disciplina social lhes foram asseguradas. Na época, uma das mais representativas dessas garantias foi a proibição de que os escravos usassem máscaras durante o carnaval, o que foi feito em 1854.

O costume de dançar pelas ruas em cortejos e o uso de máscaras, durante os dias de carnaval, era próprio dos negros, desde os tempos do Brasil Colônia. Mas a elite interessada em fazer uso das máscaras no carnaval necessitava apropriar-se dessa antiga prática dos negros africanos, no Brasil, e atribuir-lhe um novo significado.

Nos alta sociedade, as máscaras se redefiniriam, perderiam sua origem negra, deixariam de ter conotação de costumes selvagens e passariam a ter origem na burguesia européia, esquecendo o passado colonial para transformar-se em sinal de civilidade, bom gosto e luxo. Assim, tais foliões, mascararam-se e fizeram sua entrada nos festejos carnavalescos de rua.

Nos primeiros anos de instalação do modelo de carnaval de estilo moderno nas ruas do Recife, eclodiam freqüentes distúrbios, em que os opositores eram mascarados e amantes da brincadeira de água e pó do entrudo. Para as camadas populares da sociedade, o entrudo continuava sendo a grande forma de divertir-se pelo carnaval, embora tivessem sempre que fugir da perseguição policial. Era, inclusive, um divertimento materialmente acessível ao bolso da grande população.

Em 1857, as crônicas carnavalescas divulgavam, em tom triunfal, a vitória da máscara sobre o entrudo, com características das maneiras carnavalescas italianas, como os bailes de máscaras.

Se, no final do século XIX e começo do século XX, poder-se-ia pensar em uma certa uniformidade no carnaval brasileiro, hoje, seria tolice admitir que o carnaval da Bahia, do Rio de Janeiro e o de Pernambuco tenham tais semelhanças, pois essas festividades extrapolam os limites das datas e das regras de controle do Estado.

Entretanto, nos anos 30 do século XX, no governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo, a tentativa de penetrar na estrutura das festas carnavalescas com o objetivo de uniformizar nacionalmente. Através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial que filtrava as manifestações culturais em todos os níveis, ordenava que a totalidade dos sambas-enredos das escolas de samba apresentasse temas relativos à História do Brasil, afim de controlar as músicas e suas mensagens. O samba como modelo escolhido para sinônimo do carnaval, nem as escolas de samba como representante da manifestação carnavalesca nacional, não surtiu o efeito desejado. A história relata os fatos, mas é na alma do povo que a cultura se estabelece.

O carnaval é uma marca da grande população foliã, que seguiu a rota dos salões, mas não perdeu a força da resistência popular nas ruas que é demonstrada na imposição de uma festa que, independente da vontade social e política, se estabelece em todo o país. O povo passa de liderados à líder e torna o carnaval o maior espaço democrático do mundo, no qual reflete a oportunidade dos disfarces das máscaras e fantasias, liberando a criatividade e a irreverência. A sociedade permite, talvez ela mesma retire nestes dias de carnaval a sua própria máscara, e revele sua verdadeira face.